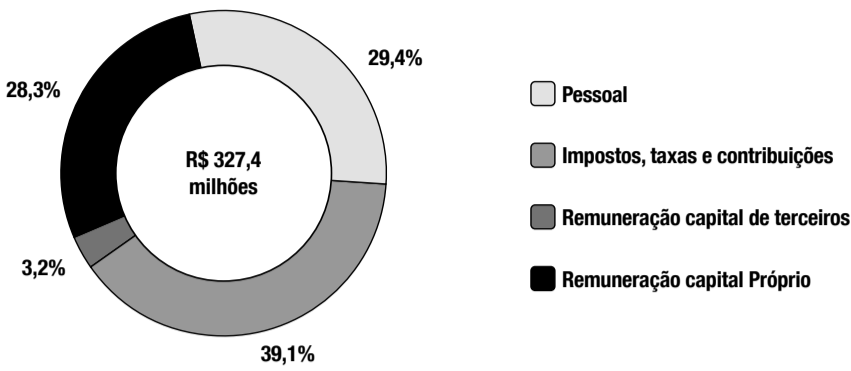
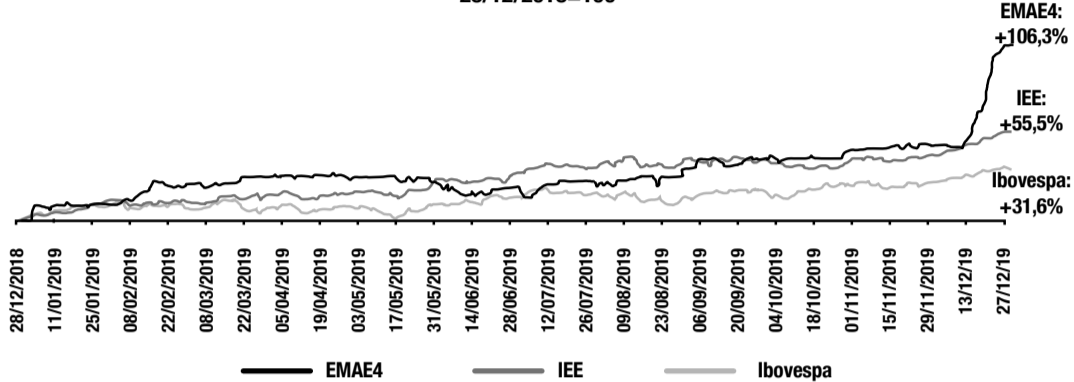


Distribuição do Valor Adicionado



Mercado de Capitais

As ações preferenciais (PN) da Companhia encerraram o ano de 2019 cotadas a R\$ 36,93, em 31 de dezembro de 2019, indicando o valor de mercado da Companhia superior a R\$ 1,2 bilhão. As ações PN, cujo free float é de 25,1% (percentual de ações emitidas em circulação no mercado), registraram no ano de 2019 valorização de 106,3%, comparado à alta de 31,6% do Ibovespa e de 55,5% do IEE - Índice de Energia Elétrica da B3, indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do setor de energia elétrica.

Desempenho EMAE4 em 2019
28/12/2018=100

Com a função de cumprir com as obrigações de comunicação e divulgação de informações de uma companhia aberta listada em bolsa de valores, assim como atender acionistas e investidores em geral, a Companhia conta com uma equipe exclusiva subordinada à Diretoria Financeira e de Relações com Investidores.

Remuneração aos acionistas

Em relação ao exercício de 2019, a Companhia distribuiu antecipadamente a seus acionistas, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, o montante bruto de R\$ 14,1 milhões, pagos em fevereiro de 2020. Adicionalmente a Administração submeterá à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer em 23 de abril de 2020, a proposta de distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 13,8 milhões, sendo R\$ 0,35 por ação ordinária e R\$ 0,39 por ação preferencial. Incluindo o montante a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de proventos relativos ao exercício de 2019, adicionado à realização da reserva de lucros a realizar no valor R\$ 5,9 milhões, totaliza R\$ 28 milhões, sendo R\$ 0,71 por ação ordinária e R\$ 0,79 por ação preferencial. Considerando as cotações de encerramento de 2019, esse montante representa dividend yield de 2,13%.

Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa da EMAE está pautado em princípios éticos, centrado na integridade e responsabilidade na tomada de decisões, sempre visando a criação de valor para todos os públicos com os quais se relaciona. Como sociedade anônima de capital aberto, tem na assembleia geral de acionistas sua instância máxima de deliberação, sendo sua administração de responsabilidade do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração tem entre suas principais atribuições, o direcionamento estratégico da Companhia e o acompanhamento dos negócios, assim como dos atos da Diretoria Executiva. No atual mandato, que teve início em maio de 2019, o órgão é composto por 11 membros efetivos, sendo dois independentes - um eleito pelos acionistas preferencialistas e um representante dos empregados. São dois os órgãos de apoio técnico ao Conselho de Administração: (i) o Comitê de Auditoria que além de outras funções supervisiona a elaboração das demonstrações financeiras, os controles internos e o gerenciamento de riscos; (ii) e o Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, responsável, pela supervisão do processo de indicação e avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais.

A EMAE conta com Conselho Fiscal de funcionamento permanente, eleito pela assembleia geral para mandato de um ano. Em 2019, o Conselho Fiscal era composto por quatro membros efetivos, sendo um eleito pelos acionistas preferencialistas e quatro suplentes. A Diretoria Executiva da Companhia é responsável pela execução dos negócios e pela execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2019, era composto por um Diretor-Presidente em exercício, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor de Geração.

Além de seu Estatuto Social, existem políticas que estabelecem regras e princípios que zelam pelas boas práticas de governança corporativa da Companhia, como o Programa de Integridade, Políticas de Conformidade, de Segurança e Saúde, de Divulgação de Informação Relevante, de Distribuição de Dividendos e de Transações com Partes Relacionadas e relativas à Contratação do Auditor Independente para a realização de outros serviços.

Mais informações referentes às práticas e ferramentas de governança corporativa adotadas pela EMAE são encontradas no Informe do Código Brasileiro de Governança Corporativa, documento disponível nos websites de relações com investidores da EMAE, da CVM e da B3.

Nossa equipe

Ao final de 2019, a EMAE contava com 417 empregados, incluindo 70 novos colaboradores que passaram a integrar o quadro da Companhia por meio de concurso público. Os novos empregados passaram por um programa de integração que envolveu treinamentos de segurança, apresentação sobre o setor elétrico brasileiro e a supervisão do sistema de usinas, além de visitas às estruturas operacionais da Companhia.

O investimento na capacitação de seus funcionários é aspecto chave para a EMAE, que busca desenvolver o conhecimento, as habilidades e os potenciais de sua equipe, proporcionando, assim crescimento pessoal para o funcionário e ganho de eficiência para a Companhia. São realizados programas de treinamento internos e externos, individuais e coletivos, presenciais, on-line ou palestras. A Companhia oferece programas de concessão de bolsa de estudos, estágio curricular, de aprendizagem, realizações de palestras temáticas e treinamentos corporativos, comportamentais de saúde e de segurança do trabalho, e custeia a participação em curso.

Por meio dos programas da Universidade Corporativa da EMAE (UCE), foram realizadas 31.010 horas de treinamento no decorrer do ano, o que representa média de 74,4 horas/funcionário.

Saúde e segurança são aspectos de atenção permanente na Companhia, que desenvolve ações preventivas e de treinamento, além de apoio médico e social a seus funcionários. As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) são atuantes e, anualmente, é realizada a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT).

Responsabilidade socioambiental

Para a EMAE, a busca contínua pela excelência de suas atividades operacionais é necessariamente vinculada à simultânea manutenção dos cuidados com o meio ambiente e dedicação ao bem estar social. A responsabilidade socioambiental tem caráter essencial para a Companhia, que conta com um Comitê de Sustentabilidade, órgão colegiado de assessoramento da Diretoria Executiva, de caráter permanente. O objetivo desse Comitê é propor e garantir a consolidação e o alinhamento de princípios e políticas relacionadas ao meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa, sugerindo e orientando iniciativas e negócios relacionados ao tema.

A preservação do meio ambiente é incorporada no planejamento de todas as operações e projetos da EMAE e faz parte do dia a dia de suas atividades. Uma das práticas adotadas é o gerenciamento de diversos tipos de resíduos, o que inclui tanto o lixo gerado em seus escritórios quanto os detritos que chegam às suas estruturas e reservatórios, incluindo a vegetação e o lixo retirados dos rios Pinheiros e Tietê. Os resíduos são recolhidos e encaminhados para descarte adequado, sendo destinados para reciclagem por cooperativas, para processos de compostagem ou para aterros sanitários oficiais, dependendo de suas características.

Em 2019, a Companhia iniciou os testes com dois ecobarcos coletores de resíduos flutuantes ("Ecoboats") para auxiliar na remoção de material em suspensão no rio Pinheiros, reduzindo o volume de detritos que se acumulam nos equipamentos de suas usinas elevatórias. Somente em um mês as embarcações coletaram cerca de 100 toneladas de resíduos úmidos. Facilitando a atuação dos Ecoboats, também estão em teste barreiras, instaladas em parceria com a Sabesp, que retém materiais flutuantes das águas. Em 2019, com suas embarcações e equipamentos como as máquinas limpa-grades presentes nas usinas de Pedreira e Traição, a EMAE retirou aproximadamente 9 mil toneladas de lixo.

Outra ação realizada foi a parceria com a Amlurb, empresa responsável pela gestão dos resíduos e limpeza da cidade de São Paulo, dentro do movimento Recicla Sampa. Para conscientizar a população que transita nas balsas da represa Billings sobre a importância do descarte correto do lixo, a Companhia instalou 200 lixeiras com função seletiva de recicláveis e não recicláveis.

Também em 2019, a Companhia realizou a revitalização da sede do Pomar Urbano, projeto que nasceu em 1999 com o objetivo de promover a recuperação ambiental e paisagística do rio Pinheiros. Na retomada do projeto, cerca de 30 mil exemplares de 30 espécies nativas e raras da Mata Atlântica serão plantados ao longo de 13 km do rio pelas Reservas Votorantim.

Um sentimento de contribuir com o desenvolvimento das regiões onde atua a EMAE, promove ações voltadas ao bem estar da população, como a sensibilização sobre a importância do descarte correto de resíduos, as atividades de limpeza da região do sistema hidráulico da Companhia, que contribuem também para a redução da multiplicação de insetos na região, e de atividades voltadas à segurança da população que vive no entorno de suas barragens, como o desenvolvimento do Plano de Ação de Emergência (PAE). Adicionalmente, a Companhia destina recursos a projetos sociais com a utilização de leis de incentivo fiscal. No exercício de 2019, a EMAE investiu R\$ 450 mil, distribuídos entre o Fundo Estadual do Idoso, O Pronas - Programa Nacional de Apoio à Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência e projeto de incentivo ao esporte.

Certificado de Energia Renovável

A Companhia aderiu, por meio da PCH Pirapora, ao Programa Internacional de Certificação de Energia Renovável (I-REC Service), certificado global que comprova a geração de energia por meio de fontes renováveis, certificando seu uso, garantindo rastreabilidade, valorização e engajamento com as causas ambientais. O I-REC possibilita sua comercialização, com a transferência para consumidores finais ou comercializadoras dos créditos gerados a cada MWh de energia produzida.

Auditores Independentes - ICVM 381/03

Em maio de 2019, por meio de processo licitatório, a Companhia contratou a empresa Auge Contadores S/S como seu auditor independente, de acordo com o sistema de rotatividade de auditoria externa, uma vez que a empresa anterior completaria em agosto o prazo máximo de cinco anos definido pela legislação.

Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da autonomia do auditor independente, a Auge Contadores S/S não prestou outros serviços além daqueles relacionados aos exames das demonstrações financeiras e contábeis regulatórias da EMAE e de sua controlada Pirapora Energia S.A..

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Valores em milhares de reais)

ATIVO	Notas explicativas	Controladora		Consolidado		Notas explicativas	Controladora		Consolidado		
		31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18		31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	
CIRCULANTE											
Caixa e equivalentes de caixa	4	397.457	216.626	412.922	232.433						
Revendedores	5	33.769	34.262	37.979	38.502						
Ativo financeiro indenizável	10	14.990	13.357	14.990	13.357						
Serviços - Canal Pinheiros	19.3	-	3.174	-	3.174						
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.771	2.313	2.946	2.313						
Tributos e contribuições sociais compensáveis		1.199	1.610	1.199	1.641						
Estoque		1.609	1.930	1.609	1.930						
Despesas antecipadas		2.930	1.496	3.000	1.577						
Arrendamento UTE Piratininga	6	91.558	85.337	91.558	85.337						
Ativo financeiro - Sabesp	19.1	16.824	16.129	16.824	16.129						
Cauções e depósitos vinculados	9	11.671	10.999	11.671	10.999						
Outros créditos	7	10.621	13.700	6.537	10.587						
		585.399	400.933	601.235	417.979						
NÃO CIRCULANTE											
Realizável a longo prazo											
Arrendamento UTE Piratininga	6	294.160	328.676	294.160	328.676						
Ativo financeiro - Sabesp	19.1	85.208	91.447	85.208	91.447						
Cauções e depósitos vinculados	9	14.124	12.247	17.067	15.597						
Ativo financeiro indenizável	10	77.660	62.419	77.660	62.419						
Ativo reversível da concessão	11	195.374	195.374	195.374	195.374						
Outros créditos	7	-	-	-	281						
Investimentos	12	96.973	94.357	1.390	1.390						
Imobilizado	13	72.147	70.495	222.237	222.987						
Intangível		5.657	2.462	6.004	2.462						
		841.303	857.477	899.100	920.633						
TOTAL DO ATIVO		1.426.702	1.258.410	1.500.335	1.338.612						
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE											
Fornecedores		4.413	6.507	4.627	6.763						
Financiamentos	14	-	-	5.208	6.744						
Folha de pagamento		3.257	5.491	3.257	5.491						
Obrigações estimadas - folha de pagamento		14.491	10.177	14.491	10.177						
Entidade de previdência a empregados	15	4.915	11.956	4.915	11.956						
Tributos e contribuições sociais		5.469	6.128	5.676	6.309						
Dividendos e juros sobre capital próprio		26.880	27.915	26.880	27.915						
Serviços - Canal Pinheiros	19.3	53	-	53	-						
Taxas regulamentares		6.439	5.195	6.445	5.200						
Obrigações Especiais - RGR	17	1.801	1.801	1.801	1.801						
Cauções e depósitos vinculados		11.095	10.638	11.095	10.638						
Encargos de uso da rede elétrica		183	182	205	199						
Outras obrigações - GAG Melhorias	18	38.410	34.503	38.410	34.503						
Outros passivos		1.594	9.483	1.594	9.483						
		119.000	129.976	124.657	137.179						
NÃO CIRCULANTE											
Exigível a longo prazo											
Financiamentos	14	-	-	67.976	72.999						
Entidade de previdência a empregados	15	44.071	119.699	44.071	119.699						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	33.803	33.323	33.803	33.323						
Outras obrigações - GAG Melhorias	18	169.868	35.126	169.868	35.126						
Taxas regulamentares		769	769	769	769						
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	16	58.165	58.061	58.165	58.061						
Obrigações Especiais - RGR	17	10.801	12.601	10.801	12.601						
		317.477	259.579	385.453	332.578						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Capital social	20.1	285.411	285.411	285.411	285.411						
Reservas de capital		387.130	387.130	387.130	387.130						
Outros resultados abrangentes		8.832	(47.857)	8.832	(47.857)						
Reservas de lucros		308.852	244.171	308.852	244.171						
		990.225	868.855	990.225	868.855						
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.426.702	1.258.410	1.500.335	1.338.612						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores em Milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital		Outros Resultados Abrangentes		Reservas de Lucro				Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Subvenções para Investimento	Incentivos Fiscais	Ajustes de Elementos do Passivo	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Recompra de Outorga	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Recomposição de Ativos		
Saldos em 1 de janeiro de 2018	285.411	383.618	3.512	(24.877)	11.252	15.022	-	61.045	84.892	-	819.875
Ganhos e perdas atuariais líquido do efeito tributário	-	-	-	(22.980)	-	-	-	-	-	-	(22.980)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101.517	101.517
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	5.076	-	-	-	-	(5.076)	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	(5.447)	-	-	(5.447)
Recompra de Outorga	-	-	-	-	-	-	72.331	-	-	(72.331)	-
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.110)	(24.110)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	285.411	383.618	3.512	(47.857)	16.328	15.022	72.331	55.598	84.892	-	868.855
Ganhos e perdas atuariais líquido do efeito tributário	-	-	-	56.689	-	-	-	-	-	-	56.689
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.636	92.636
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	4.632	-	-	-	-	(4.632)	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	(5.954)	-	-	(5.954)
Recomposição de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	66.003	(66.003)	-
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.001)	(22.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	285.411	383.618	3.512	8.832	20.960	15.022	72.331	49.644	150.895	-	990.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Table with columns: Notas explicativas, 2019, 2018, 2019, 2018. Rows include RECEITA LÍQUIDA, CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA, LUCRO OPERACIONAL BRUTO, Receitas/Despesas Operacionais, LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, LUCRO ATRIBUÍVEL A, LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include Lucro líquido do exercício, Ajuste de avaliação atuarial, Efeito de imposto de renda e contribuição social, Total do resultado abrangente do exercício.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2019, 2018. Rows include Atividades operacionais, Variações nos ativos e passivos, Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, Atividades de investimento, Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos, Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2019, 2018. Rows include GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, Receitas, Menos: Insumos, VALOR ADICIONADO BRUTO, DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO, VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE, VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA, VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR, DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO, Remuneração de capitais de terceiros, Remuneração de capitais próprios, TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.
O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia.
A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a conservação e a operação e manutenção de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica.
Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas à UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidrelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.
A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória - MP 579, convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que afetou todos os concessionários de energia elétrica com término do contrato de concessão até 2017, celebrou com a União em 4 de dezembro de 2012 o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.
Por consequência, desde janeiro de 2013 toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração - RAG e submetida aos padrões de qualidade de serviço estabelecidos pela ANEEL.
A Receita Anual de Geração (RAG), calculada pela ANEEL através de fórmula definida no contrato de concessão é reajustada anualmente e a cada 5 (cinco) anos é realizado o processo de revisão tarifária. A RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos e PIS e COFINS. Adicionalmente, os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH são cobrados pela ANEEL e ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção de suas cotas.
Por meio da Resolução Homologatória nº 2.587, de 23 de julho de 2019, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 (Nota 26.3).
Além disso, os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE passaram a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos é disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas e os encargos e tributos pagos pela Companhia.
Arrendamento Usina Termelétrica Piratininga
Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga ("UTE Piratininga") em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"). O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008 e tem prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura. Além do contrato de arrendamento da UTE Piratininga entre a EMAE e a Petrobras, foi firmado na ocasião um contrato de operação e manutenção das usinas Piratininga e Fernando Gasparian pela EMAE.
Como as tratativas para revisão do modelo de negócio vigente com a EMAE relativo ao arrendamento da UTE Piratininga, consolidadas no Termo de Transação Extrajudicial, o qual foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 26 de abril de 2017, não tiveram eficácia em razão do vencimento do prazo de validade do Termo, sem que fossem implantadas as condições operacionais e regulatórias, as quais se caracterizavam como suspensivas para eficácia do instrumento. Foi firmado em 3 de agosto de 2017, um novo contrato entre a EMAE e a Petrobras para prestação dos serviços de operação e manutenção das unidades da UTE Piratininga. Em 1 de agosto de 2018 foi assinado aditivo prorrogando o contrato pelo período de 12 meses. Em 3 de agosto de 2019 foi assinado um novo contrato pelo período de 12 meses.
As Usinas Geradoras 3 e 4 da UTE Piratininga estão em plena operação, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema (ONS) desde 7 de agosto de 2017, já sob o novo contrato de prestação dos serviços de operação e manutenção.
Expansão
A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritariamente ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.
Nesse contexto, celebrou em 28 de setembro de 2017 com a Gasen Holding S.A. ("Gasen") contrato para desenvolvimento e construção de nova usina termelétrica na área de sua sede, junto a Usina Piratininga. O projeto denominado Parque Térmico Pedreira teve início em 2015 com a chamada pública que selecionou empresas interessadas em realizar a implantação e exploração de usinas termelétricas a gás natural em parceria com a Companhia. O complexo gerador de energia elétrica terá potência de até 2.000 MW e a EMAE será responsável pela disponibilização de ativos locais - terreno, conexão à rede de alta tensão e demais infraestruturas - e pelo licenciamento ambiental do empreendimento. A Gasen será responsável pelo desenvolvimento e implantação do projeto, assim como por sua viabilização financeira. Conforme previsto no Contrato, as partes concluíram o "Due Diligence" firmando assim, em 15 de março de 2018, Contrato de Constituição de Consórcio, visando futuramente a formação de Sociedade de Propósito Específico para a operação da nova Usina.
Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento "Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STB", da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE).
A aprovação pelo CONSEMA permitiu a emissão da licença prévia pela CETESB, expedida pelo órgão no dia 25 de julho de 2019, habilitando a EMAE a participar dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME) nos próximos meses.
Controlada Pirapora Energia S.A. ("Pirapora" ou "Controlada")
A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24 de junho de 2008, estabeleceu o prazo de vigência da autorização em 30 anos, contados da data de sua publicação. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 6 de dezembro de 2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora. De acordo com essa autorização ao final do prazo de vigência da mesma os bens e instalações vinculados serão revertidos à União mediante o pagamento de indenização, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça por sua conta o livre escoamento das águas.
A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nºs 4.951, de 30 de dezembro de 2014, e 4.955, de 31 de dezembro de 2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente.
A energia gerada pela Pirapora é comercializada através de contratos de venda de energia no ambiente regulado correspondentes a 16 MW médios. Em 01 de janeiro de 2015 tiveram início os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) com 27 distribuidoras. Esses contratos são provenientes do Leilão 03/2010 (A-5) realizado em 30 de julho de 2010. O contrato de fornecimento estipulado é de 30 anos, de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevê que caso a permissão termine antes do período de suprimento do sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.
Entretanto, o artigo 7º, da Lei nº 12.111/2009, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica, referido no parágrafo 7º - A do artigo 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR terá prazo de autorização ou concessão prorrogado, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.
Dessa forma, é entendimento da Pirapora que essa Lei prorroga a autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado.
1 - As informações de MW, MWM e MWH não foram auditadas pelos auditores independentes.
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.
A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 05 de março de 2020. Em seguida foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterá-las.
2.2 Moeda funcional e base de apresentação
Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
2.3 Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos.
As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
• Nota 3.13 - Redução ao valor recuperável de ativos;
• Nota 6 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
• Nota 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
• Nota 8 - Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido;
• Nota 10 - Apuração do ativo financeiro indenizável;
• Nota 11 - Ativo reversível da concessão;
• Nota 13 - Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment;
• Nota 15 - Mensuração da obrigação de benefício definido com entidade de previdência e empregados;
• Nota 16 - Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, civis e tributários;
• Nota 18 - Outras Obrigações - GAG Melhorias;
• Nota 25 - Instrumentos financeiros.
2.4 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo líquido de benefício definido do plano de previdência a empregados, é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na Nota 15.
2.5 Demonstrações financeiras consolidadas
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são aplicadas de forma uniforme com aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.
Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.
2.6 Demonstração do valor adicionado ("DVA")
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34. Informamos que o valor de R\$ 55.020, Variações Monetárias Líquidas apresentadas nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2018 na rubrica "Remuneração de Capital de Terceiros" foi realocada para Valor Adicionado Recebido em Transferência.
2.7 Informações por segmento
A Diretoria Colegiada da Companhia realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia. Dessa forma não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1 Receita operacional
As fontes de receita operacional da Companhia e sua controlada referem-se a:
Regime de cotas
A Receita Anual de Geração (RAG) das usinas objeto do segundo termo aditivo ao contrato de concessão remuneram os serviços de operação e manutenção, os investimentos realizados, os investimentos a realizar e os encargos setoriais. A RAG relativa aos serviços de operação e manutenção e aos encargos setoriais é reconhecida mensalmente no resultado à razão de 1/12 avos, de forma a permitir sua confrontação com os custos e despesas dos serviços de operação e manutenção e dos encargos realizados no mesmo período. O recebimento dessas cotas ocorre em bases mensais na mesma proporção da receita reconhecida.
continua ->



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para valores os contratos regulados, a Companhia adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e com a repactuação esses custos foram convertidos em ativo regulatório e o montante foi atualizado para R\$ 4.703.

O referido Ativo Regulatório até seu exaurimento está sendo utilizado na amortização do prêmio correspondente ao produto SP100 (cobertura total), na ordem de R\$ 1.332/ano.

Referem-se a valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS
8.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

Table with columns: Controladora, Imposto de Renda, Contribuição Social, Consolidado. Rows include Lucro antes dos impostos e contribuições, Aliquota vigente, Expectativa de despesa de acordo, and various tax items like IRPJ, CSLL, and diferidos.

8.2 Composição dos impostos diferidos

Table showing ATIVO and PASSIVO components for Imposto de Renda, Contribuição Social, and Diferidos. Includes rows for Provisões temporariamente ineditáveis, Obrigações fiscais, and Compensação entre Ativos e Passivos.

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows for Circulante (Depósitos vinculados) and Não circulante (Depósitos judiciais, Cauções).

- a) Do montante de depósitos vinculados, i) R\$ 11.095 (R\$ 10.638 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a depósito originado da venda de óleo combustível no exercício de 2012 e mantido em contas de ativo e passivo pelo mesmo valor; ii) depósito de R\$ 576 (R\$ 361 em 31 de dezembro de 2018) perante a ANEEL, correspondente à caução contratual da Usina Edgard de Souza.
b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas da Companhia e sua controlada.
c) No saldo consolidado, estão incluídas as garantias do financiamento BNDES no montante de R\$ 2.943 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.350 em 31 de dezembro de 2018) da controlada Pirapora.

10. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data-base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei nº 12.783, os quais serão recuperados por meio da RAG nos processos de revisão e reajuste tarifário.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. Em virtude da característica desse ativo, em cada processo de reajuste ou revisão tarifária, novas tarifas são homologadas pela ANEEL, ocasionando modificações no fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável.

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

Table with columns: Saldo em 31.12.18, Adições (a), Transferência, Recebimentos (b), Amortização (c), Saldo em 31.12.19. Rows for Circulante and Não circulante.

- a) As adições do exercício referem-se aos investimentos realizados nas usinas que aumentem a vida útil das unidades e também em melhorias gerando maior eficiência na produção energética.
b) Recebimento pelos investimentos realizados através da RAG.
c) Amortização dos investimentos efetivamente já realizados (Nota 18).

11. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do artigo 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na VNR pela ANEEL esses ativos reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente.

Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados aos projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Em atendimento ao requerido no referido Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Em 20 de fevereiro de 2017 a Companhia contratou consultoria especializada com o objetivo de Elaboração de cálculos do Valor Novo de Reposição - VNR dos investimentos realizados até 31 de dezembro de 2012 e saldo de investimentos não amortizados até 31 de dezembro de 2012, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 596/13, para subsídio à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Os relatórios gerados dos montantes exercido demonstraram que não há razão para a constituição de estimativa para redução ao valor recuperável dos montantes pleiteados perante o órgão regulador, todavia, a ANEEL poderá apresentar valor de indenização diferente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e caso aplicável realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

Em 01 de agosto de 2018, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 313, de 30 de julho de 2018, dispensando a reversão dos bens vinculados à concessão do Aproveitamento de Potencial Hidráulico denominado UHE Edgard de Souza, extinta em 31 de outubro de 2012, com a livre disponibilização dos bens para a EMAE.

Considerando essa decisão, a Companhia iniciou as tratativas junto ao Poder Concedente, visando obter a autorização para materializar a referida estrutura, com o aproveitamento integral das instalações atualmente existentes.

Em agosto de 2018, a Companhia procedeu à redução de R\$ 77.844 da rubrica de Ativo reversível da concessão, correspondente ao valor contábil da Usina Edgard Souza em 31 de dezembro de 2012, em contrapartida a:

- Reconhecimento de R\$ 19.731, referente à obsolescência dos bens incorrida de 1 de janeiro de 2013 até 31 de julho de 2018 (Nota 22.1);
Reconhecimento de R\$ 59.667 na rubrica de imobilizado em curso composto pelo valor contábil em 1 de agosto de 2018 (Nota 13).

12. INVESTIMENTOS

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows for Pirapora Energia S.A., Outros, Total.

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A. Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

Table with columns: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Lucro do exercício. Rows for Dividendo adicional referente a 2017 pago em 2018, Integralização de capital, etc.

13. IMOBILIZADO

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, cujos recursos devam ser exclusivos para aplicação na concessão.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019 está representada por:

Table with columns: Controladora, Depreciação (%), Saldo em 31.12.18, Adições, Baixas, Transferência, Depreciação do exercício, Saldo em 31.12.19. Rows for Em serviço, Terrenos, Edificações, Máquinas e Equipamentos, Veículos, Móveis e Utensílios.

(*) Refere-se a transferência de R\$1.581 para o Intangível

Table with columns: Consolidado, Depreciação (%), Saldo em 31.12.18, Adições, Baixas, Transferência, Depreciação do exercício, Saldo em 31.12.19. Rows for Em serviço, Terrenos, Reservatórios, e Adutoras, Edificações, Máquinas e Equipamentos, Veículos, Móveis e Utensílios.

(*) Refere-se a transferência de R\$1.581 para o Intangível

i) Análise de redução ao valor recuperável dos ativos:

Conforme divulgado na Nota 11, em 01 de agosto de 2018, o MME disponibilizou os bens da UHE Edgard de Souza para a EMAE (no montante de R\$ 59.667, passando a ser registrado no imobilizado em curso), dispensando portanto a reversão dos bens.

Esta forma, a Administração realizou teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixa descontados com base nas seguintes premissas: (i) obtenção da autorização para remotorização da usina; (ii) período de autorização de 30 anos; (iii) quantidade e preço de venda de parte da energia gerada contratada no ambiente regulado; e (iv) o excedente de energia comercializado no mercado de curto prazo. Os fluxos de caixa foram estimados para um período da concessão e descontados pela taxa de desconto antes dos tributos variando entre 7,2% a.a. a 8,5% a.a. no período de projeção.

A Administração, com base no teste efetuado, concluiu que não há necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

14. FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 em ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representava 60% do valor do investimento previsto para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 31 de dezembro de 2019, o valor total atualizado do financiamento é de R\$ 73.184 (R\$ 79.743 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$ 5.208 classificados como passivo circulante (R\$ 6.744 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 67.976 como passivo não circulante (R\$ 72.999 em 31 de dezembro de 2018).

O vencimento será em 15 de setembro de 2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

A taxa efetiva do contrato até 31 de dezembro de 2019 é de 4,42% ao ano.

Table with columns: Saldo, Juros, Pagamento do principal, Pagamento dos juros, Saldo. Rows for Circulante e Não Circulante, Financiamento BNDES.

Table with columns: Saldo, Juros, Pagamento do principal, Pagamento dos juros, Saldo. Rows for Circulante e Não Circulante, Financiamento BNDES.

Circulante e Não Circulante

Financiamento BNDES

85.972 6.957 (6.743) (6.443) 79.743

Para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado com o BNDES, como o principal e juros da dívida, comissões, multas e outras despesas, a Companhia cedeu as seguintes garantias:

- Direitos creditórios provenientes dos Contratos de Compra de Energia Elétrica Incentivada - CCEI.
A cessão fiduciária mencionada abrangerá os créditos que venham a ser depositados na "Conta Centralizadora", na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e na "Conta Para Sobre Custos", até o pagamento integral de todas as obrigações contratuais.
Direitos creditórios sobre os Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEARs) celebrados na forma do Leião de Energia Nova nº 10/2010.
Penhora da totalidade das ações de sua controlada, em favor do BNDES, e quaisquer outras ações representativas do capital social, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas, pela mesma até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no presente Contrato de Financiamento.

O contrato contém cláusulas de covenants qualitativos e quantitativos.

- 1) ICSD - Índice de Cobertura da Dívida
A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICSD no mínimo 1,20 a ser calculado conforme previsão contratual.
2) ICP - Índice de Capitalização Próprio
A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICP de igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia atendeu plenamente os covenants qualitativos e quantitativos.

15. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Table with columns: Credor, Objeto, Circulante, Não Circulante, Total. Rows for FUNDAÇÃO CESP.

15.1 Planos de benefícios

A EMAE é patrocinadora de planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Table with columns: Controladora e Consolidado, Saldo em 31.12.18, Amortização (a), Despesa (b), Saldo em 31.12.19. Rows for Entidade de previdência a empregados.

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com a quitação do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O Benefício Suplementar Proporcional - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 01 de janeiro de 1998, e vierem a se desligar mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do plano de suplementação.

O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados e os empregados baseados em percentual da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseados em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas periodicamente por atuário independente.

15.2 Resumo do Estudo Atuarial de Acordo com o CESP 33 Benefícios a Empregados

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários Independentes em 31 de dezembro de 2019, seguindo os critérios determinados pelo "CPC 33 Benefícios a Empregados", o passivo atuarial da EMAE foi apurado conforme segue:

A) Premissas atuariais
As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

Table with columns: Saldo em 31.12.19, Saldo em 31.12.18. Rows for Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial, Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano, Taxa de crescimento salarial futuro, etc.

continua



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br



| Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

—☆ continuação

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 16º e 17º andar, Bairro de Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela Auge Contadores S/S, relativamente às Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE SÃO PAULO - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Ativo reversível da concessão

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11, de que os balanços patrimoniais individual e consolidado apresentam na rubrica de ativo reversível da concessão, o Realizável a Longo Prazo - Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 195.374 mil, referente aos investimentos a serem indenizados pelo poder Concedente (ANEEL), os quais foram mensurados pela Companhia com base no valor residual. O referido montante ainda está em processo de homologação e será definido após fiscalização e determinação do "Valor Novo de Reposição - VNR" pela ANEEL. Nossa conclusão não está ressaltada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise de redução ao valor recuperável dos ativos de ativos não financeiros - Demonstrações individuais e consolidadas

Conforme divulgado nas Notas, 3.13, 11 e 13, em 01 de agosto de 2018, o MME disponibilizou os bens da UHE Edgar de Souza para a EMAE no montante de R\$ 59.667, passando a ser registrado no imobilizado em curso, que em 31 de dezembro de 2019, monta R\$ 72.147 mil e R\$ 222.237 mil respectivamente, dispensando, portanto, a reversão dos bens. Desta forma, a Administração realizou teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixas descontados com base nas seguintes premissas: (i) obtenção da autorização para remotorização da usina; (ii) período de autorização de 30 anos; (iii) quantidade e preço de venda de parte da energia gerada contratada no ambiente regulado; e (iv) o excedente de energia comercializado no mercado de curto prazo. Os fluxos de caixas foram estimados para um período da concessão e descontados pela taxa de desconto antes dos tributos variando entre 7,2% a.a a 8,5% a.a no período de projeção. A Administração, com base no teste efetuado, concluiu que não há necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. **Como o assunto foi tratado na auditoria** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação e análise do teste de recuperabilidade desses ativos, conforme as premissas destacadas neste parágrafo (nota 13 i). Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações.

OUTRAS OBRIGAÇÕES - GAG MELHORIAS - Demonstrações individuais e consolidadas

Conforme mencionado na Nota 18, Com base na previsão de recebimento da GAG Melhorias e no plano de investimentos, ambos elaborados e estimados até o término da concessão, a Companhia contabilizou R\$ 38.410 mil e R\$ 169.868 mil no Passivo Circulante e Não Circulante, respectivamente, durante o exercício de 2019. Entre 1 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia investiu um montante de R\$ 89.457, buscando a modernização, eficiência e a redução dos riscos relacionados à produção energética. Conforme estabelecido em lei, o valor já investido deve ser amortizado de forma linear até o final da concessão, pois os benefícios econômicos inerentes pela correta aplicação dos recursos, produzirão retorno (fluxos de caixa) até 30 de novembro de 2042. **Como o assunto foi tratado na auditoria** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação e análise do processo da Companhia referente as informações necessárias para estimar os investimentos futuros, incluindo a segregação entre passivo circulante e não circulante. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores

O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentado para fins de comparabilidade, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 20 de março de 2019, com opinião sem modificação sobre as demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2020

AUGE CONTADORES S/S

CRC RS 3717 S SP

Paulo Fernando Moreira

Contador - CRC 1RS 012085 T SP

CNAI nº 1008

Sócio - Responsável Técnico